

Triste realidade perto de Brasília

Mauro Zanatta

Da equipe do Correio

Na entrada do único CAIC de Valparaíso de Goiás (GO), dezenas de funcionários públicos municipais se amontoam. Ao invés de crianças com pastas escolares na mão, os corredores dão vez a conversas sobre política e aumentos de salário. O triste quadro nacional dos CAICs se confirma em detalhes a 35 quilômetros de Brasília. E beira o ridículo. Lá, apenas um dos oito subprogramas — o de alimentação — funciona como prevê o projeto inicial. Os 1,4 mil alunos também não estudam em tempo integral.

Pior ainda: a prefeitura ocupa 104 salas do único CAIC da cidade com quatro secretarias municipais. Segundo Maria Socorro Silva, diretora do CAIC, apenas 35 das 140 salas são usadas com fins pedagógicos. Ocupam o CAIC as secretarias de Educação, Indústria e Comércio, Promoção Social e Desenvolvimento Urbano.

“Só estamos aqui porque não tí-

nhamos outro lugar”, justifica Leida Moura Faria, secretária municipal de Educação. “Mas a sociedade não foi prejudicada com isso. Não deixamos de atender as crianças por ocuparmos essas salas”, defende-se.

Na auditoria do TCU, detectou-se superlotação na maioria dos CAICs brasileiros. Em Valparaíso, curiosamente, é a própria prefeitura quem ocupa salas destinadas à creche, iniciação ao trabalho e suporte tecnológico. Nem a diretora foi poupadã. Trancafiada numa salinha, reclama: “Estou aqui porque não tenho para onde ir”, diz Socorro.

PREFEITURA

A prefeitura é responsável pelo funcionamento e manutenção da unidade. Desembolsa R\$ 25 mil mensais e ainda cede 65 funcionários ao CAIC. O governo federal não investe um níquel. Apenas repassa parte obrigatória do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a merenda

escolar, livros didáticos e pequenas reformas.

Segundo o prefeito José Valdécio (PSD), o município injeta um total de R\$ 100 mil por mês na unidade. Valparaíso é o sétimo maior município de Goiás, mas é o segundo pior em receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) no estado: recebe apenas R\$ 15 mil mensais, ou R\$ 0,08 por cada habitante.

Com as mesmas dificuldades da cidade, o CAIC vai sobrevivendo. Apesar da enorme procura, a creche, por exemplo, nunca funcionou. O serviço médico pediátrico atendeu apenas por três meses, em 1996. A saleta dos dentistas está abarrotada de equipamentos, mas não vê um paciente desde o início deste ano. A prefeitura promete abrir concurso para dentistas, nutricionistas, médicos e enfermeiros ainda em setembro.

Nem o campinho de futebol escapa da dureza. Há tempos não sabe o que é gramado. E, em meio ao poeirão do bairro Céu Azul, os alu-

nos só têm uma bola de basquete ou de vôlei para sonhar em ser Romário ou Ronaldinho. “É meio *le-vinha*, mas jogamos do mesmo jeito”, resigna-se Michael Damião, 7 anos, enquanto espanca a bola de vôlei.

O prefeito da cidade diz que não há dinheiro para todos e que o CAIC é um ralo de recursos públicos. “Nosso município se emancipou de Luziânia há apenas sete meses. Por isso, ainda estamos equacionando as dificuldades”, defende-se Valdécio.

No CAIC de Valparaíso, as crianças não têm tudo de graça. As aulas de capoeira e *kung-fu*, por exemplo, são pagas. Os pais desembolsam R\$ 3 por mês por um subprograma previsto para os CAICs. Mais: têm que pagar R\$ 2 mensais por cursos de iniciação ao trabalho, outra obrigação das unidades. Os pais contribuem de forma voluntária para a Caixa Escolar Tancredo Neves, uma espécie de associação de pais e mestres. A conta da Caixa bate os R\$ 500.